

Espaços Para Contestação Política Nas Rádios De Angola: Contribuições Das Emissoras Ecclésia E Despertar¹

Francisco Carlos Guerra de MENDONÇA JÚNIOR²
Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará.

RESUMO

Esta comunicação discute as contribuições das emissoras de rádio Ecclésia e Despertar na efetivação de uma democracia em Angola, país localizado na África Austral. Durante os anos de 1975 e 2002, Angola vivenciou uma Guerra Civil, fruto de divergências em relação ao regime monopartidário implementado pelo MPLA. Mesmo com o fim da Guerra Civil, o sistema político local mantém controle sobre a mídia, sendo corriqueiros os casos de censura e ameaças aos jornalistas. Apesar disso, as emissoras Ecclésia, ligada a Igreja Católica e a Despertar, pertencente ao partido opositor Unita, apresentam críticas ao regime. A Ecclésia mantém uma postura apaziguadora, em busca de uma solidificação da paz e o fim das opressões. Já a Despertar possui mais críticas diretas e tenciona o debate, realizando um apoio a sucessão do poder, para assumir a Unita.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; rádio; liberdade de expressão; Despertar; Ecclésia.

INTRODUÇÃO

Angola foi colônia de Portugal até 1974 e, logo depois, vivenciou um regime monopartidário, implementado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O país vivenciou uma Guerra Civil entre 1975 e 2002, disputada entre o MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), que também lutou contra o colonialismo português e, por isso, não aceitou a imposição de um sistema monopartidário. A Guerra só foi cessada em 2002, com o assassinato do líder da Unita, Jonas Savimbi. Entre 1991 e 1992, houve uma paralisação da Guerra, fruto de um Acordo de Paz assinado em 1991 e que estabeleceu as primeiras eleições presidenciais no país. Apesar de não ter decretado o fim do conflito, o Acordo provocou algumas mudanças no país, como o surgimento de alguns veículos de comunicação privados.

Esses meios de comunicação sofrem com restrições por parte do governo angolano e os seus profissionais recebem assédios, ameaças e agressões (CRUZ, 2012). Sendo assim, muitos veículos são comprados pelo MPLA ou os jornalistas param de

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

realizar críticas. Há alguns veículos que são exceções e realizam críticas ao regime, desde as suas respectivas fundações, como são os casos do jornal semanário Folha 8 e alguns *sites* independentes, com destaque ao Club-K, o Central Angola 7311, o Angola 24 Horas e o Maka Angola. A TV Zimbo também tem alguns jornalistas que mantêm postura independente, mas o assédio e as ameaças são constantes e, com isso, é frequente a mudança de discurso entre os profissionais.

No âmbito deste trabalho, interessa, sobretudo, o papel das emissoras de rádio na efetivação da democracia do país. Durante o regime monopartidário, a Rádio Ecclésia teve as suas atividades encerradas em 1978, por apresentar críticas ao regime do MPLA. Sendo assim, a única possibilidade de ouvir o contraditório em Angola foi através da Rádio Vorgan (Voz da Resistência do Galo Negro), pertencente a Unita, que surgiu em 1979 e funcionava com emissão do exterior. Atualmente, apenas essas duas emissoras apresentam linhas editoriais críticas ao regime do MPLA. A Vorgan foi sucedida pela Rádio Despertar, também da Unita. A Despertar surgiu em 2007 e a Vorgan havia paralisado em 1998. Enquanto isso, a Ecclésia retornou as atividades em 1999. Ambas sofrem problemas de restrições e nunca obtiveram licenças para operarem a nível nacional, limitando as suas emissões à capital Luanda. Além disso, ocorrem casos de agressões e detenções a alguns dos seus radialistas, devido à postura crítica ao MPLA.

BREVE HISTÓRIA DA MÍDIA EM ANGOLA

O primeiro órgão oficial de informação no país foi o Boletim Geral da Imprensa de Angola, iniciado no dia 13 de setembro de 1845. Esse veículo apresentava as informações oficiais dos colonizadores portugueses. Cunha (2013) pontua que, pouco mais de duas décadas depois, surgiu o jornal semanário Civilização da África Portuguesa em 1866, posteriormente seguido por outras publicações com diversas tendências. Dentre esses, destacam-se o nascimento de jornais com tendências pró-republicanas e independentistas no final do século XIX, como Arauto Africano, Echo de Angola e Farol do Povo (CUNHA, 2013). Cunha (2013) relata que os jornais, até a década de 20 desse século, se restringiam a fazer divulgações literárias, com artigos e folhetins de naturais de outras colônias portuguesas, em publicações como o Vanguarda de Angola, para apresentar outras perspectivas de resistência contra o colonialismo português.

O início do século XX foi marcado por uma queda na produção editorial em Angola, sobretudo no período próximo ao fim da monarquia em Portugal, regime

encerrado em 1910. Portugal passou por dificuldades econômicas e políticas, bem como o Acto Colonial de 1930 restringiu os direitos da população nativa das colônias africanas. Os movimentos de nativos e a difusão do rádio marcaram o período que sucede o fim da Segunda Guerra Mundial. Os portugueses ampliaram o povoamento em Angola e, conseqüentemente, a exploração (CUNHA, 2013). As rádios surgem na década de 1930 e logo formam a Associação de Rádio Clubes, com emissoras espalhadas por todo o país.

Em Angola o primeiro rádio clube começou a transmitir em 1931 em Benguela e até ao final da década de cinquenta, quase todos os distritos tinham o seu rádio clube. A Emissora oficial de Angola nasce em 1950 vinculada à Direcção dos Serviços de Correio, Telégrafo e Telefones. A fundação da Emissora Católica de Angola desempenhou um papel importante, nessa mesma década, emitindo programas políticos de opinião e alugando tempos de antena para produtores independentes (CUNHA, 2013, p.23).

Após a Independência de Angola, em 1974, foi implantado um regime monopartidário, de inspiração comunista, controlado pelo Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA). Cunha (2013) destaca que esse regime reforçou algumas características da ditadura colonial, como a forte propaganda do estado e a difusão de informação de caráter ideológico. O regime também perseguia jornalistas com frequência.

Os historiadores portugueses Dalila Mateus e Álvaro Mateus (2007) relatam que um grupo liderado pelo ex-ministro do interior Nito Alves chegou a tomar a Rádio Nacional no dia 27 de maio de 1977, convocando as pessoas para irem ao Palácio Presidencial, exigindo mudanças na posição política do MPLA. A maior reclamação do grupo era que Agostinho Neto reivindicava ideais marxistas-leninistas antes de assumir o poder, mas aceitava qualquer apoio depois que se tornou presidente, com o objetivo único de manter-se no poder. A contestação resultou em um banho de sangue e perseguição a todos os manifestantes. Com isso, milhares de pessoas foram mortas em três dias de massacre sangrento, incluindo Nito Alves (MATEUS & MATEUS, 2007). As estimativas extraoficiais relatam entre 20 mil e 80 mil mortos (FIGUEIREDO, 2014).

Nas duas décadas posteriores à Independência, Angola passou por uma estatização dos veículos de comunicação e anulação da iniciativa privada. A rádio nacional e o jornal nacional passam a ser fundamentais para a política propagandista instalada no estado e mantinham o monopólio nesse segmento (CUNHA, 2013). Em 1991, MPLA e Unita celebram um acordo de paz pondo fim à Guerra Civil e agendando as primeiras eleições presidenciais para 1992. Na mesma época, é promulgada a lei de liberdade de imprensa.

As mudanças no período são aquém do esperado, até mesmo porque a Guerra Civil foi retomada após o pleito eleitoral, já que a Unita não aceitou os resultados eleitorais, alegando fraude. No entanto, surgiram alguns veículos como o Correio da Semana e o Comércio Actualidade. Além disso, iniciam-se projetos alternativos como o jornal Folha 8 e o Imparcial Fax - fechado após o assassinato do seu diretor, o jornalista Ricardo de Melo³, em 1995 -, bem como o Actual Fax, que deu origem ao semanário Actual (CUNHA, 2013). Atualmente, existe uma série de veículos privados em Angola, que surgiram após o fim da Guerra Civil, em 2002.

O sistema mediático readquire uma nova configuração, mantendo-se o sector público, mas ganhando novo dinamismo o sector privado, com a entrada de grupos estrangeiros. Salientamos assim o Grupo Media Nova, que envolve o semanário Económico, O País, Exame Angola, SociJornal, Radio Nova e TV Zimbo; o Grupo Newshold, detentora do SOL Angola, de participação na SIC Internacional e na SIC Notícias. São também presença em Angola, a Globo e a Record, bem como a RTP África e Internacional que se encontram integrados em pacotes oferecidos pelas empresas de telecomunicações, como a UAU TV e a Zap TV. O sector público tem igualmente diversificado a oferta, da qual salientamos a TV online, dirigida fundamentalmente para a diáspora angolana (CUNHA, 2013, p.33).

Cruz (2012) argumenta que não há liberdade de expressão e de imprensa no país, tampouco uma democracia efetiva. O autor relata que há um forte controle por parte do estado, sobre os veículos de comunicação públicos, fazendo com que a rádio, o jornal e os dois canais de televisão nacionais sirvam aos interesses do MPLA. Além disso, a mídia privada e os jornalistas dos veículos não estatais são frequentemente abordados para negociar notícias e comentários que interessem ao MPLA. O partido adquiriu, através de pessoas ligadas ao governo de forma não declarada, alguns veículos que inicialmente começaram como independentes e faziam críticas ao regime (CRUZ, 2012).

Este projeto de controle de conteúdo da imprensa pelos políticos governantes pode ser representado pelas seguintes características: evitar a todo custo que críticos do regime tomem a palavra na mídia pública formal; cooptar jornalistas incômodos de órgãos privados para o público ou órgãos sob sua gestão e controle, onde podem mantê-los sob vigilância apertada; depois de cooptado, o jornalista deve pautar-se por um comportamento totalmente contrário ao anterior e lhe é dada posição de destaque no início para a sua descredibilização; no caso de resistência na tentativa de cooptação, o regime mata; mantém o ambiente de insegurança para com os fazedores de opinião críticos ao poder dominante; passar

³ Ricardo de Melo era conhecido por manter uma postura de constantes denúncias aos abusos de poder e corrupção. Ele foi assassinado no prédio em que morava, em uma morte pouco investigada até a atualidade.

uma imagem de bem estar econômico por parte daqueles que os apoiam. São projetados a toda hora na mídia sob o seu controle; passar a imagem segundo a qual os intelectuais competentes são aqueles que servem os interesses do regime (CRUZ, 2012, p.69).

Nganga (2008) afirma que não existe liberdade de expressão no país, mas apenas uma licença de expressão, com validade e poder de alcance limitados. Não é possível abordar vários temas considerados críticos, podendo haver até consequências fatais para os jornalistas ou prisões, com juízes previamente acordados para julgar em favor do governo (NGANGA, 2008). Cruz também ressalta que as principais formas de silenciar a imprensa são através de ameaças, mortes e prisões. Um dos casos de maior repercussão foi a prisão do jornalista Rafael Marques, condenado a seis de prisão em 2000, por publicar o artigo *O bâton da ditadura*, no jornal Público, de Portugal⁴. O artigo acusava o então presidente José Eduardo dos Santos de crimes, como peculato e corrupção, bem como classifica-o como ditador. Outro exemplo é o diretor do semanário Folha 8, William Tonet, alvo recorrente do regime e que tem cerca de 100 processos contra si.

Cruz denuncia ainda que o governo viola categorias basilares de um sistema democrático, tais como: a igualdade, os limites do poder, o pluralismo, a tolerância, a dignidade humana, a diversidade e o cruzamento da informação. A busca por manter o poder é articulada ainda por ações como manipulação dos conteúdos e forte propaganda para o partido no governo, tendo a mídia pública como principal impulsionadora ideológica (CRUZ, 2012). Os dados da Missão de Observação das Eleições da União Europeia (MOE UE), de 2008, são importantes para comprovar as violações de direitos. A entidade relata indícios de favorecimento ao MPLA por parte da Rádio Nacional de Angola (RNA), Televisão Pública de Angola (TPA), da Agência de Notícias de Angola (ANGOP) e do Jornal de Angola (JA) nas eleições presidenciais de 2008.

De acordo com a União Europeia (2008), o MPLA obteve mais de 50% de espaço em cada um dos veículos públicos nesse pleito, que contou com 14 partidos concorrentes. Cruz (2012) retrata que o relatório do MOE UE, de 2008, classifica que a mídia pública não se adequa às exigências do padrão UNESCO e “deve pôr fim urgente a excessiva e visível parcialidade no tratamento dos atores políticos críticos ao governo: partidos e grupos de pressão” (CRUZ, 2012, pp.79-80). Nas eleições de 2012 e 2017, a União

⁴ Disponível em: <https://www.publico.pt/2000/04/01/jornal/o-baton-da-ditadura-142050>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

Europeia se recusou a enviar novas missões eleitorais para o país, justificando que as autoridades angolanas não prestaram muita atenção nas recomendações dadas em 2008⁵. Cruz (2012) observa uma falta de interesse político em mudar esse quadro e uma total ausência de compromisso com a democracia. Cruz (2012) ainda relata outros episódios de violação sofridos por jornalistas. Diante desse cenário, poucos veículos de comunicação em Angola realizam críticas ao regime, como são os casos das rádios Despertar, ligada à Unita, que sofre com ameaças constantes de ter as atividades encerradas e a Ecclésia, da Igreja Católica. Nas 18 províncias do país, existe o interesse de criação de várias rádios comunitárias, que seriam importantes para efetivar uma democracia nos meios de comunicação, mas não há uma lei em Angola para regular essas emissoras, se restringindo então a algumas ações não regularizadas⁶.

Angola passou por mudanças políticas no ano de 2017. O presidente José Eduardo dos Santos deixou o cargo em agosto, depois de 38 anos no poder, para ser sucedido por João Lourenço, também do MPLA. Esperava-se inicialmente apenas a continuidade do governo de José Eduardo. Porém, João Lourenço tem feito mudanças e a mídia é uma das áreas modificadas. Em 09 de novembro de 2017, o novo mandatário exonerou todos os administradores das empresas públicas de comunicação, nomeando novos administradores para a TPA, para a Rádio Nacional de Angola, e para as Edições Novembro, que é proprietária da Agência Angola Press (Angop) e do Jornal de Angola⁷. No discurso de posse dos novos administradores, João Lourenço afirmou que eles “devem procurar encontrar uma linha editorial que sirva de facto o interesse público, que dê voz, que dê espaço, aos cidadãos dos mais diferentes extratos sociais”, mas também que “dê espaço às organizações da chamada sociedade civil” (*ibidem*). O mandatário ainda pediu “responsabilidade” e “equilíbrio”, para satisfazer o “interesse público”.

João Lourenço também afastou filhos do ex-presidente de cargos no poder. Em 15 de novembro de 2017, o novo presidente retirou Isabel dos Santos, da Sonangol, a petrolífera pública. Além disso, cancelou os contratos da TV Pública de Angola (TPA)

⁵ Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/ue-lembra-que-luanda-nao-prestou-muita-atencao-a-missao-de-observacao-em-2008_n582224. Acesso em: 26 de junho de 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/r/C3%A1dios-privadas-em-crise-em-angola/a-45426421>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/pr-angolano-diz-a-comunicacao-social-estatal-para-servir-de-facto-interesse-publico-8917235.html>. Acesso em: 12 de março de 2019.

e TPA Internacional com empresas de outros dois filhos do ex-presidente, Welwitshea “Tchizé” dos Santos e José Paulino dos Santos. No período das mudanças, João Lourenço afirmou que não existe democracia sem liberdade de imprensa⁸. Além disso, João Lourenço realizou uma série de reuniões com críticos do regime. O jornalista Rafael Marques e o ativista Luaty Beirão, que já foram presos devido às críticas ao regime de José Eduardo dos Santos, foram recebidos pelo presidente João Lourenço em dezembro de 2018, com o intuito de debaterem sobre o futuro de Angola⁹. Todavia, o novo governo de Angola ainda é recente e está em fase de transição. A organização não governamental *Freedom House*¹⁰, da área de liberdades civis e de direitos políticos, afirma que Angola é um país a ser observado de perto, pela possibilidade de estar passando por importantes viragens na sua trajetória democrática.

RÁDIO DESPERTAR

A Rádio Despertar foi fundada em 2007. Essa emissora é herdeira da Rádio Vorgan (Voz da Resistência do Galo Negro), fundada em 1979. A expressão Galo Negro, que batiza o nome da antiga emissora, é a alcunha pelo qual é chamada a Unita. A Vorgan emitia em ondas curtas, a partir do exterior, utilizando os idiomas português, inglês e duas línguas locais; kimbundo e umbundo. O principal objetivo da emissora era contrapor a visão do MPLA, relatando o momento político-militar vigente, buscando conseguir adeptos para a Unita (GUIDE, 2007). De acordo com Guide (2007), a Vorgan “era um dos instrumentos de propaganda de guerra da Unita, que enfrentava as tropas oficiais do governo, na longa e sangrenta guerra civil. Um contraponto ao programa Angola Combatente, do MPLA, transmitido pela Rádio Nacional de Angola” (p.85).

No início dos 1990, a Vorgan conseguiu uma concessão para atuar de forma legalizada em Luanda. O compromisso era interromper a propaganda política e a abordagem sobre a Guerra, para se tornar uma emissora comercial. Todavia, Matumoma

⁸ Disponível em: <https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/899899/nao-ha-democracia-sem-liberdade-de-expressao-sem-liberdade-de-imprensa>. Acesso em: 12 de março de 2019.

⁹ Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/presidente-angolano-recebeu-ativistas-num-encontro-inedito>. Acesso em: em 12 de março de 2019.

¹⁰ Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/angola>. Acesso em: 12 de março de 2019.

(2002 – apud GUIDE 2007) pontua que a Vorgan continuou com propaganda inflamatória, encorajando “ódio” e “violência”. A emissora foi fechada em 1998.

A Despertar surgiu como reconfiguração da Vorgan, apenas em 2007, mantendo a ligação com a Unita e defendendo os ideais desse partido. Entretanto, apresentou uma programação mais diversificada do que a Vorgan, incluindo radiojornais e programas de entretenimento, com ênfase na música. O *rapper* Ikonoklasta¹¹ afirmou, em palestra realizada em Portugal em 2016, que a emissora nunca aceitou uma pluralidade de ideias¹². O artista comenta que esteve cinco anos comandando um programa de *rap* na emissora, mas foi demitido, por ter realizado críticas à Unita no ar. Outro caso semelhante aconteceu com o *rapper* Drux-P. O artista foi convidado para uma entrevista em 2013 e apresentou a música *Quem era Jonas Savimbi?*. A música pontua: “Quem era Jonas Savimbi por esta Angola?/ Um terrorista cruel, tal como o conhecemos/ Ou o salvador de Angola que não reconhecemos?”. Ele foi imediatamente retirado do ar, devido a expressão “terrorista cruel”, mas a ideia do artista era justamente contrapor a visão de terrorista, amplamente proclamada contra Savimbi pelos defensores do MPLA (MENDONÇA JÚNIOR, 2018).

Apesar de a liberdade de imprensa e de expressão estarem instituídas na Constituição de Angola, o trabalho de radialistas da Rádio Despertar sofre dificuldades, para conseguir contrapor ao regime. Casos de ameaças e violência contra os seus profissionais são constantes (CRUZ, 2012). Um caso de maior violação foi o assassinato do locutor Alberto Chakusanga, em setembro de 2010, que sofreu um tiro nas costas. Chakusanga comandava um programa em língua quimbundo, em que realizava várias críticas ao regime. De acordo com Cruz, Chakusanga “morreu 24 horas após o Bureau Político do partido no poder (MPLA) ter assegurado (...) conhecer indivíduos – recrutados – para denegrir, a qualquer preço, a imagem do Presidente” (CRUZ, 2012, p.73). Além disso, o “Museu Internacional da Liberdade de Imprensa nos EUA colocou Chakusanga na galeria dos jornalistas mortos no exercício da profissão” (CRUZ, 2012, p.73).

Candumba (2015) pontua que os jornalistas da Rádio Despertar não participam das sessões na Assembleia Nacional, como também os membros do governo não aceitam se comunicar com os profissionais dessa emissora. Em relação a Assembleia Nacional, Candumba pontua que a emissora não possui autorização para emitir em direto as sessões.

¹¹ Ikonoklasta é o nome artístico de Luaty Beirão, popular ativista cívico do país.

¹² A palestra foi realizada em 17 dezembro de 2016, na Universidade de Coimbra e o autor deste artigo foi um dos organizadores.

Outra restrição sofrida pela emissora é o impedimento do projeto de se tornar uma emissora com expansão nacional no dial. Tanto a Rádio Despertar, como a Rádio Ecclésia buscam essa emissão nacional, mas são impedidas por uma série de normas regimentadas. Como comparativo, Candumba pontua que a Rádio Mais, criada em 2008, já consegue emissão nacional.

A Rádio Despertar também tem um papel importante na divulgação da música *rap* de intervenção social. O programa Akapella Show, liderado pelo *rapper* MCK, tem emissão de duas horas todos os sábados e apresenta uma série de músicas que são “proibidas e censuradas em outras rádios” (SANTOS, 2019). Santos (2019) destaca que o programa também faz um trabalho cívico em abordar assuntos que vão além da questão musical, exemplificando um debate sobre os assassinatos dos ativistas Alves Kamulingue e Isaías Sebastião Cassule, que ocorreu entre os dias 27 e 29 de maio de 2012¹³.

Em 2017, a Rádio Despertar ainda propiciou o primeiro show de *rap* de Ikonoklasta, depois de ser liberado de prisão relativa ao caso 15+2, em que 17 ativistas estiveram detidos por um ano, por estarem debatendo um livro de Domingos da Cruz, intitulado *Ferramentas para Destruir o Ditador e Evitar Nova Ditadura: Filosofia Política da Libertação para Angola*. Os ativistas saíram da cadeia em junho de 2016, após diversas pressões internacionais, de instituições como Organização das Nações Unidas (ONU), Anistia Internacional e União Europeia. Ao sair da cadeia, Ikonoklasta inclusive realizou palestras em todas essas organizações¹⁴. Apesar disso, Ikonoklasta não obteve autorização para realizar um show em Angola nos meses posteriores a detenção, havendo inclusive uma ocasião, em novembro de 2016, em que o show foi liberado, mas a polícia alegou, minutos antes, que estaria faltando algumas autorizações legais¹⁵. Com isso, a Despertar montou um palco em sua sede, em 12 de março de 2017 e, assim, Ikonoklasta realizou um show em parceria com MCK, apresentador do programa de *rap* da emissora¹⁶.

¹³ Isaías Cassule e Alves Kamulingue participaram de uma manifestação no dia 27 de maio de 2012, em alusão aos 35 anos do genocídio ocorrido em 27 de maio de 1977.

¹⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/luaty-beir%C3%A3o-pede-%C3%A0-uni%C3%A3o-europeia-mais-aten%C3%A7%C3%A3o-no-apoio-a-organiza%C3%A7%C3%B5es-angolanas/a-37292277-0>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

¹⁵ Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/esp%C3%A9culo-com-luaty-beir%C3%A3o-impedido-em-luanda-5481741.html>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

¹⁶ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/concerto-em-angola-mck-e-ikonoklasta-no-pa%C3%ADs-do-pai-banana/a-37918169-0>. Acesso em: 16 de julho de 2019.

A pressão sofrida por conta da prisão dos ativistas, e as investigações decorrentes a partir disso, possibilitaram a divulgação pública internacional de vários casos de corrupção, criando um clima de instabilidade no governo. Com isso, o presidente José Eduardo dos Santos decidiu não tentar reeleição no cargo no pleito eleitoral de 2017. José Eduardo governava desde 1979 e a sua saída propiciou maior liberdade de expressão nas emissoras, incluindo convite a vozes contestatórias do regime em emissoras públicas. Ainda assim, ocorrem casos de violação aos direitos de profissionais da Rádio Despertar.

Em 2014, ainda durante o regime de José Eduardo dos Santos, o jornalista Queirós Chiluvia, da Rádio Despertar, se tornou o único profissional de comunicação de Angola que está presente na lista de “heróis da informação”, elaborada pela organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras, que luta pela liberdade de expressão a nível mundial. A organização nomeia 100 profissionais pelo mundo que lutam contra a violação de direitos em cenários de repressão¹⁷. Por outro lado, Chiluvia foi condenado em 2014, por “calúnia e difamação das autoridades públicas e exercício ilegal de imprensa”, quando realizou uma cobertura sobre um incidente na esquadra da polícia. Ele esteve cinco dias preso e foi condenado a seis meses de prisão, com punição suspensa por dois anos¹⁸. Mais recentemente, entre os dias 07 e 12 de abril de 2021, esteve detido o jornalista da Rádio Despertar, Jorge Mendes Manuel. Ele estava cobrindo a demolição de casas do Cacuaco, em Luanda. Segundo o porta-voz da polícia, ele foi considerado um dos invasores. Por outro lado, o jornalista afirmou que foi preso, por cobrir um ato em que os policiais faziam muitos disparos e espancava policiais¹⁹.

Para além das repressões, as condições de trabalho, em relação às questões financeiras, são difíceis na emissora. Em 2018, os profissionais apresentaram um documento ao Sindicato dos Jornalistas, em que questionavam “dois meses de salário em atraso, falta de inscrição na caixa de segurança social, falta de transportes para reportagens e o não pagamento de muitos subsídios”²⁰. Em 2020, a emissora foi acusada

¹⁷ Disponível em: <http://www.redeangola.info/angolano-entre-os-cem-herois-da-informacao/>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/jornalista-da-r%C3%A1dio-despertar-condenado-a-seis-meses-de-pris%C3%A3o-com-pena-suspensa/a-17418446>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/jornalista-angolano-em-liberdade-apresenta-vers%C3%A3o-diferente-da-pol%C3%ADcia-sobre-sua-detem%C3%A7%C3%A3o/5851452.html>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

²⁰ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/r%C3%A1dios-privadas-em-crise-em-angola/a-45426421>, Acesso em: 21 de junho de 2021.

de proibir a entrada de oito colaboradores da emissora, por terem realizado protesto contra os três meses de salário atrasados²¹. Na época, a direção da emissora admitiu diálogo com colaboradores para realizar um acordo, mas considerou desnecessária a ação de alguns profissionais em organizar protesto em frente à sede da Unita (*ibidem*). A emissora ainda é acusada de restringir qualquer voz que discorde da Unita, justamente no período em que os veículos de comunicação públicos estão apresentando abertura para debates com opiniões divergentes e até mesmo críticas ao MPLA²². Em maio de 2021, Horácio dos Reis assumiu a direção da emissora, com o intuito de regularizar a questão salarial e reestabelecer o diálogo com todos os profissionais da emissora, mas alguns colaboradores manifestaram publicamente insatisfação com a escolha do novo diretor (*ibidem*).

RÁDIO ECCLÉSIA

A Rádio Ecclésia, emissora católica de Angola, foi fundada em 1955 e extinta pelo presidente Agostinho Neto em 25 de janeiro de 1978, tendo os seus bens todos confiscados e nacionalizados. Essa extinção ocorreu ainda como fruto dos acontecimentos do 27 de maio de 1977, quando milhares de angolanos foram mortos, após um ato de rebelião. Dessa forma, a rádio católica só foi reativada em março de 1999 (CUNHA, 2013). Por ter ligação com a Igreja Católica, dedica boa parte do seu tempo a questão religiosa, mas também possui programas de cunho político, mostrando uma clara oposição ao MPLA. Esse posicionamento é possível de ser visto em seus radiojornais, que são emitidos às 7h, 12h e 18h30min, além de promover debates sobre temas de grande repercussão pública. A emissora possui correspondentes em todas as províncias do país e emissão por 24 horas. A Ecclésia ainda apresenta programas musicais, de entretenimento, informativos e educativos.

Após o fim da Guerra Civil, a Rádio Ecclésia agiu na contramão da tendência de ódio entre opositores e cria um programa do gênero educativo-cultural (BARBOSA FILHO, 2009), para estimular a reintegração de ex-militares a sociedade. O jornalista Manuel Vieira (2007 – *apud* MANERA 2007) afirma, em entrevista, que o programa

²¹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-bra%C3%A7o-de-ferro-entre-trabalhadores-e-dire%C3%A7%C3%A3o-da-r%C3%A1dio-despertar/a-55453224>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

²² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/nova-lideran%C3%A7a-da-r%C3%A1dio-despertar-quer-refletir-os-anseios-da-sociedade/a-57713933>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

Roteiro da Paz buscava mostrar a importância dessas pessoas para o desenvolvimento do país, ouvindo políticos, militares e alertando às Organizações Não Governamentais sobre a necessidade de ajuda a essas pessoas.

Em relação a música, há uma ênfase em músicas religiosas, mas também existe espaço para músicas de cunho político, como o *rap* de intervenção social, conhecido por conter críticas ao regime do MPLA. Apesar de a emissora cultivar um espaço propício a pluralização de vozes, o *rapper* MCK afirma que desistiu de continuar com um programa de rádio na emissora, devido à desvalorização da cultura angolana. O artista conta que comandava um programa semanal de uma hora voltado para a música africana, sendo o único dedicado exclusivamente a música do continente. Com isso, refletiu sobre a diferença de conteúdo entre as músicas de outros continentes e as músicas africanas em uma emissora local. Para o *rapper*, isso era uma contradição, pois em um país africano, a emissora dedicava apenas 60 minutos semanais para a música do próprio continente, enquanto o restante da programação tinha predominância de conteúdo do Ocidente.

Em um cenário de controle dos veículos de comunicação, em que o MPLA promove uma campanha propagandista, por meio dos veículos de ordem pública, Messiant (2008) aponta que a Rádio Ecclésia sofre com restrições impostas, para não atuarem nas mesmas condições em todo o território angolano.

Dão de destacar os obstáculos constantemente levantados a Rádio Ecclésia da Igreja Católica na sua tentativa de extensão do sinal para fora da capital, e os colocados no dia-a-dia ao trabalho dos jornalistas independentes, sobretudo nas províncias, ou os resultantes de condenações, da falta de publicidade ou da inexistência de uma tipografia independente, dificultando deste modo a sua sobrevivência financeira (MESSIANT, 2008, p.150).

Apesar do histórico de críticas ao regime do MPLA, a Rádio Ecclésia chegou a ser suspeita de realizar uma série de censuras em favor do presidente José Eduardo dos Santos entre os anos de 2010 e 2015. Em 2014, o site Maka Angola noticiou o recebimento de um saque de 50 mil dólares no Banco de Fomento de Angola, que seria justamente para realizar essa censura, que, segundo o site Club-K, também estaria ocorrendo na Rádio Ecclésia²³. Em 2016, o padre Maurício Camuto retornou à direção

²³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/nova-dire%C3%A7%C3%A3o-da-ecl%C3%A9sia-pode-recuperar-credibilidade-da-esta%C3%A7%C3%A3o/a-36755621>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

da emissora e confessou presenciar um clima de censura em prol de José Eduardo dos Santos. Por isso, afirmou que aceitou retornar com o compromisso de manter a independência da emissora e os seus princípios de evangelização, para resgatar a sua credibilidade diante da sociedade. Na época afirmou ainda que “nós queremos educar a sociedade para a paz, para a democracia, para a justiça, para o convívio harmonioso e para a reconciliação nacional” (*ibidem*).

Além da censura, a nova direção encontrou um cenário de dificuldades financeiras. Em 2018, o Sindicato dos Jornalistas cobrou os atrasos salariais, que variava entre seis e sete meses de atraso, além de questionar os motivos de algumas demissões²⁴. O padre Maurício Camuto admitiu à época as dívidas e prometeu saná-las. Trata-se de uma situação de precariedade que aumenta a vulnerabilidade de profissionais e dificulta a possibilidade de haver independência e críticas ao regime.

A situação de vulnerabilidade aumenta com as violações de direito dos jornalistas. Em 2020, o jornalista colaborador da Rádio Ecclésia Armando Chicova foi condenado a um ano de prisão, acusado de difamação²⁵. De acordo com o Repórteres Sem Fronteiras, instituição que luta pela liberdade de jornalistas, ele noticiou que uma antiga empregada doméstica do juiz presidente do Tribunal Provincial de Namibe, António Vissandula, teria sido demitida, por ter recusado assédio sexual do magistrado. Chicova foi condenado a um ano, mas manteve-se 33 dias preso, entre 04 de março e 07 de abril de 2021. Em 2007, o jornalista Armando Chicova já havia sido preso, por ter realizado a cobertura de manifestações contra a demolição de um mercado em Namibe. Além disso, em 2011, foi vítima de ameaças de morte, enquanto o seu irmão foi assassinado, em circunstâncias ainda não apuradas (*ibidem*). Pode-se perceber, assim, que os ataques a profissionais de imprensa e as questões financeiras são dificuldades impostas contra o avanço da Rádio Ecclésia e da mídia independente em geral, em Angola.

CONCLUSÕES

O conteúdo apresentado neste trabalho mostra que as rádios Despertar e Ecclésia desempenham um importante papel para a efetivação da democracia em Angola, já que,

²⁴ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/r%C3%A1dios-privadas-em-crise-em-angola/a-45426421>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

²⁵ Disponível em: <https://rsf.org/pt/noticia/apos-33-dias-de-prisao-o-jornalista-armando-chicoca-sai-em-liberdade-condicional>. Acesso em 21 de junho de 2021.

historicamente, são as únicas emissoras de rádio que apresentam contraponto a versões oficiais, em um regime que busca controlar os meios de comunicação. Apesar disso, são percebidas contradições nas próprias emissoras. As acusações de terem recebido propinas para acabar as críticas, as precárias condições de trabalhos em ambas as emissoras, que acumulam meses de salários atrasados e a impossibilidade de haver críticas à Unita na Rádio Despertar são alguns dos problemas vigentes nas emissoras. É ainda salutar destacar que as barreiras impostas pelo MPLA contribuem para os problemas financeiros, com ênfase na não permissão dessas emissoras transmitirem em rede nacional. Desse modo, os problemas financeiros tornam os jornalistas vulneráveis a negociar a censura.

É importante também ressaltar que Angola tem apresentado crescimento nos índices de liberdade de expressão, desde que João Lourenço assumiu a presidência do país em 2017. O país cresceu no ranking mundial de liberdade de imprensa, organizado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras. Em 2017, Angola ocupava a 125ª colocação, possuindo o pior índice entre os países de língua oficial portuguesa e atualmente está 102ª posição, ultrapassando Brasil e Moçambique. Todavia, a ONG internacional afirma que a situação ainda é preocupante e pontua como principais problemas a lei que obriga a emissão de declarações oficiais do presidente em rádios e tvs, o preço exorbitante para licenças de operação para as emissoras, a censura e autocensura, como heranças de anos de repressão efetiva²⁶. Adicionalmente, a ONG destaca que houve ataques a jornalistas de vários veículos em cobertura de manifestação contra escândalo de corrupção envolvendo chefe de gabinete, em setembro de 2020.

Em seu discurso de posse, em 2017, o presidente João Lourenço pontuou que era prioridade a efetivação da democracia e considerou a liberdade de imprensa e de expressão como basilares de uma necessária reformulação. Com isso, foram demitidos todos os administradores dos meios de comunicação públicos, com ênfase para os filhos de José Eduardo dos Santos. No entanto, a efetivação da democracia prometida por João Lourenço só poderá realmente ocorrer quando for possível aos meios de comunicação concorrerem em igualdade de condições e assim haver pluralização de vozes, ideias e visões políticas no país. Desse modo, é fundamental haver leis de fomento para as diversas emissoras, bem como garantir condições para os profissionais trabalharem sem receios de responder por crimes de difamação ou receberem ataques da polícia. É também

²⁶ Disponível em: <https://rsf.org/pt/angola>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

fundamental garantir a emissão das rádios Despertar e Ecclésia em todo território angolano, bem como a criação de uma lei para regulamentar as rádios comunitárias e, assim, garantir a pluralização de vozes na mídia e, em especial, no setor radiofônico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros Radiofônicos: Os formatos e os programas em áudio.** São Paulo: Paulinas, 2009.

CANDUMBA, J. F. **O paradigma do jornalismo de Desenvolvimento na Construção da democracia em Angola.** Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE -IUL, 2015.

CRUZ, D. J. J. **A liberdade de imprensa em Angola: Obstáculos e desafios no processo de democratização.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2012.

CUNHA, I. F. (Des)continuidades: O sistema mediático lusófono. In Cunha, I.; Castilho, F.; Guedes, A. **Ficção seriada televisiva no espaço lusófono.** Covilhã: LabCom.IFP, 2013.

FIGUEIREDO, L. **Sita Valles: Revolucionária, comunista até à morte.** Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

GUIDE, A. M. **TPA: O modelo de televisão pública de Angola.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

MATEUS, D. C.; MATEUS, A. **Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem e o 27 de maio de 1977.** Lisboa: Edições ASA, 2007.

MANERA, S. B. **Importância das rádios na reconstrução de Angola pós Guerra Civil - Análise da Rádio Nacional de Angola, Rádio Ecclésia e Luanda Antena Comercial.** TCC. Universidade Federal da Bahia, 2007.

MATUMONA, M. **Jornalismo angolano, história, desafios e expectativas.** SEDIPU: Uíge, 2002.

MENDONÇA JÚNIOR, F. C. G. **Do palco para as ruas: O rap como impulsionador das manifestações cívicas em Angola.** Revista Convergência Crítica, 2018.

MESSIANT, Christine. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (orgs). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola.** Luanda-Lisboa: Firmamento, 2008, p.131-162.

NGANGA, J. P. Meios de comunicação social e democracia em Angola. In: VIDAL, N.; ANDRADE, J. P. de. **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola.** Luanda-Lisboa: Firmamento, pp. 217-222, 2008.

SANTOS, J. L. **Imaginando uma Angola pós-colonial: A cultura hip-hop e os inimigos políticos da nova república.** Tese de Doutorado. Unicamp, 2019.

UNIÃO EUROPEIA. **Angola: Final Report, Parliamentary Elections, EU 2008.** Comissão Europeia, 2008.